

BALANÇO DE GESTÃO BIÊNIO 2014/2015



Composição

CONSELHO DIRETOR

Diretora Presidente

Maria Carmen de Sá

Diretora 1ª Vice-Presidente

Maria Júlia Miranda B. da Rocha

Diretor 2º Secretário

Rodrigo Câmara Ferraz

Diretora Tesoureira e de Assuntos Previdenciários

Elaine Fernandez

Diretora Social

Clarisse Pitta de Noronha

Diretora de Eventos e Cerimonial

Marília Farias

Diretora de Assuntos Institucionais e Culturais

Paloma Lamego

CONSELHO CONSULTIVO

Américo Luiz Diogo Grilo

Ana Rita Vieira de Albuquerque

Arlanza Maria Rodrigues Rebello

Carlos Alberto Amaral Dourado

Oswaldo Deleuze Raymundo

CONSELHO FISCAL

Miriam Ghita Salmon

Maria Matilde Alonso Ciorciari Cramer

COMUNICAÇÃO

Assessora de Comunicação – Aline Magno

Cyan Design Estratégico

Rua do Carmo, 7 – 16º andar

Centro do RJ – Cep 20011 – 020

Telefone: (21) 2220 – 6022

Email: adperj@adperj.com.br



Missão cumprida

POR MARIA CARMEN DE SÁ

A função de representação de uma categoria profissional como a dos Defensores Públicos não é tarefa fácil. Somos treinados diuturnamente a nos irressignar diante de toda a sorte de injustiças. Então a relação que o Defensor travará com a sua Associação é de constante questionamento e cobrança de que a representação esteja à altura da carreira.

Durante os dois últimos anos fomos imensamente cobrados e desde cedo optamos pelo caminho de não nos conformar com a praxe ou com o caminho mais fácil. Impulsionados pela apreensão dos associados, buscamos sempre aprimorar nossa atuação, e entender as razões do tratamento diferenciado que era dado à Defensoria Pública na distribuição de recursos pelo Estado.

Estudamos, fomos atrás de respostas e acabamos aprofundando ainda mais os questionamentos que nos faziam e que nós mesmos começamos a nos fazer, até colocarmos a questão orçamentária no centro da discussão institucional.

Essa é uma missão que a gestão da ADPERJ que finda entende ter cumprido: a de trazer luz sobre as verdadeiras razões de nossa Instituição ter sofrido um processo de sucateamento que acabou abalando a autoestima do próprio Defensor.

Após falarmos exaustivamente acerca da necessidade de trabalharmos nosso orçamento e de colocado a questão para o Legislativo, sempre embasada em números e imagens, hoje parece estar assente que a igualdade entre as carreiras jurídicas deve começar por uma mais justa divisão de receitas entre elas.

A transformação social idealizada pelo Constituinte a cargo da Defensoria Pública tem um custo e o Estado precisa investir na Instituição, valorizando-a, da mesma forma que faz com o Judiciário e o Ministério Público. E o afago não pode ser apenas no discurso.

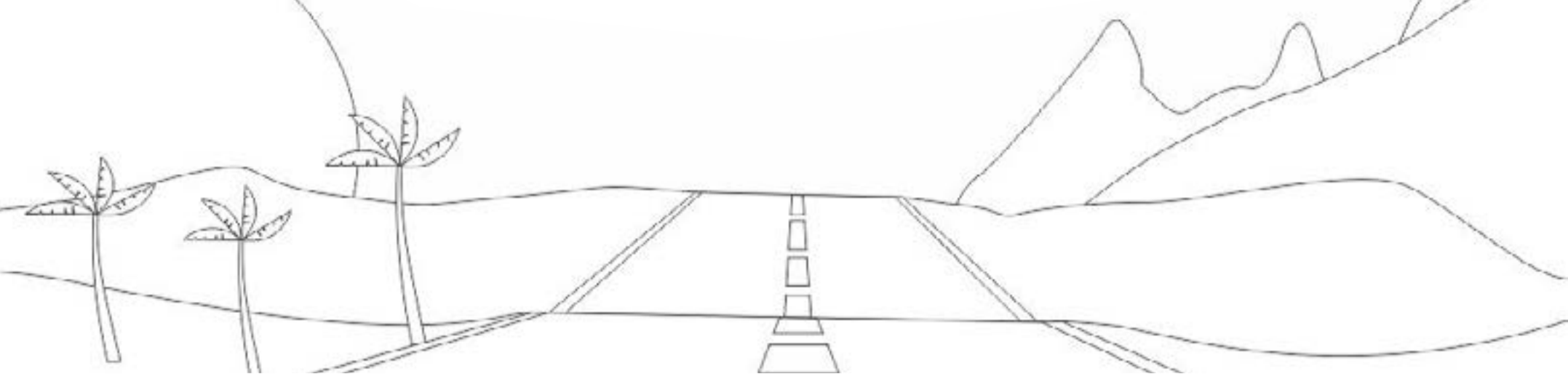
Precisamos de dinheiro para desempenhar nossa função e de autonomia para gerir esses recursos. Só assim seremos fortes para enfrentar as iniquidades de um país profundamente injusto e defender a população mais marginalizada.

A percepção de que essa equação estava absolutamente desequilibrada em nosso estado e que a situação precisava mudar é um legado que a Associação dos Defensores Públicos deixa para seus associados.

Agora, vamos aguardar que novas cobranças nos façam caminhar ainda mais.

Sumário

EDITORIAL	3
CAMINHOS DO INTERIOR	5
A ADPERJ para além da Capital	
DENTRO DO LEGISLATIVO	7
Inovação na busca por mais recursos	
ALÉM DO ESTADO	11
O Protagonismo nos debates nacionais	
DE OLHO NA ADMINISTRAÇÃO	13
Oposição tem hora e lugar	
DEFESA DOS INTERESSES DOS ASSOCIADOS	16
A vocação natural da ADPERJ	
VALORIZANDO O ASSOCIADO COMO PROFISSIONAL	19
O Incentivo à produção acadêmico-institucional	
MAIO VERDE	21
Um mês inesquecível	
VARIANDO O REPERTÓRIO	23
As festas em novos locais	
CONVÊNIOS	25
Mais descontos para o associado	
AGILIDADE PARA INFORMAR	26
Comunicação no tempo do fato	



Caminhos do Interior

A ADPERJ para além da Capital

Foi a partir da necessidade de um olhar mais atento ao interior que surgiu a promessa de campanha de levar a ADPERJ para junto dos Defensores que estão fora da capital. Desse compromisso, surgiu o projeto *Caminhos do Interior*, que buscou entender a rotina de trabalho e os problemas enfrentados por quem está atuando na ponta nos órgãos espalhados pelo estado.

Logo no início da gestão, a ADPERJ visitou comarcas do norte e sul fluminense, além da grande região de Niterói e de Nova Friburgo. Já em 2015, foi a vez das regiões Serrana e dos Lagos.

Com base nas informações coletadas *in loco*, a Associação traçou um triste diagnóstico da De-

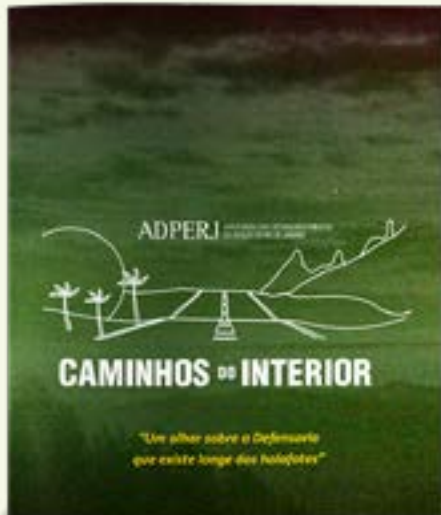
fensoria Pública fluminense onde falta estrutura básica de trabalho. Há poucas sedes próprias, faltam locais de atendimento apropriados, tanto para Defensores que são obrigados a conviver com toda a sorte de problemas, como mofo ou falta de banheiro, como os assistidos, que muitas vezes esperam atendimento em pé e sujeitos às intempé-ries. A falta de funcionários qualificados também entrou na lista de reclamações mais recorrentes.

Graças ao *Caminhos do Interior*, a ADPERJ ganhou argumentos para tratar da necessidade de orçamento compatível às necessidades da Instituição. O relatório do projeto serviu de base para os pleitos da Associação junto à ALERJ e ao Congresso Nacional e também foi entregue à Chefia da DPGE, em 2015.



Fios à mostra no quadro de luz da antiga sede da Defensoria Pública em Duas Barras. À época, a comarca foi identificada como a em pior estado no interior.

As visitas resultaram em um documento inédito, com mais de 80 páginas, contando informações acerca da avaliação geral, funcionários, infraestrutura e relação interinstitucional das Defensorias fora da capital.



Em Nova Friburgo, assistidos aguardam atendimento no corredor da galeria comercial onde funcionam as Varas Cíveis.



As fotos do terreno vazio destinado à Defensoria Pública e da sede do MP, em Macaé, exemplificam bem o que acontece em vários municípios.

Dentro do Legislativo

Inovação na busca por mais recursos

A partir dos dados coletados nas visitas e, em 2015, com as informações ofertadas pela Administração Superior, foi possível a essa gestão traçar uma linha lógica entre o sucateamento da Instituição, especialmente no interior do estado, e os problemas orçamentários da Defensoria Pública.

Com esse foco e munida de dados comparativos dos últimos anos entre carreiras congêneres, a ADPERJ realizou incontáveis encontros com Parlamentares estaduais e federais, levando a mensagem de que a Defensoria Pública necessita de incremento orçamentário para sanar demandas e desenvolver-se. Foi o fim do eterno discurso do amigo do rei. Não se consegue mais recursos só com proximidade política, é preciso trabalhar sério e com embasamento.

DE PORTA EM PORTA



Deputada Martha Rocha



Deputado Jânio Mendes



Deputado Luiz Paulo

“ Neste grave momento de crise econômica por que passa o estado, é na camada mais vulnerável da população que se sente seus duros efeitos”. A frase, uma das mais repetidas pela Diretoria da ADPERJ em 2015, fazia a conexão entre a crise econômica, o aumento da demanda pelos serviços da Defensoria e a necessidade de fortalecer a Instituição.

CARTILHA ELOGIADA POR PARLAMENTARES



Pela primeira vez, a ADPERJ produziu um material completo e didático contendo fotos, dados comparativos e informações com o objetivo de informar detalhes da situação atual da DP fluminense.

► [CLIQUE AQUI E VEJA A CARTILHA.](#)

CAFÉS DA MANHÃ COM DEPUTADOS

Em 2015, quando a ALERJ renovou metade dos seus assentos, a Associação fez-se presente e deu as boas-vindas aos novos deputados. Em café da manhã na ADPERJ, a Presidente Maria Carmen de Sá apresentou um material didático que apresentava o trabalho realizado pela Defensoria Pública e seus pleitos dentro da Casa Legislativa. O encontro coroou o sucesso do trabalho de aproximação da Associação com os parlamentares, feito desde 2014, quando a Comissão de Orçamento foi convidada para um café na sede associativa.



2014: Diretoria da ADPERJ posam com Deputados Luiz Martins e Luiz Paulo em primeiro café da manhã de aproximação com a ALERJ, realizado na sede associativa.



2015: Presidente da ADPERJ apresenta informações coletadas pelo projeto Caminhos do Interior no segundo café com Parlamentares. Muitos se mostraram surpresos com a realidade da Instituição.

FRENTE PARLAMENTAR

Em maio de 2015, mês do Defensor, a luta da ADPERJ ganhou um importante reforço na sensibilização da Casa com o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa e Fortalecimento da Defensoria Pública. Foi dela a iniciativa de publicar uma moção de repúdio à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5296 que contesta a autonomia da Defensoria Pública da União.



Lançamento da Frente Parlamentar

LUTA PELA AUTONOMIA

Apesar da Emenda Constitucional Estadual nº 24 já prever a autonomia financeira e orçamentária da Defensoria desde 2002, na prática, a Instituição sempre atuou sob as regras do Executivo. Nos últimos dois anos, na luta por um orçamento melhor, o projeto para estabelecer a autonomia plena amadureceu, revelando um caminho nunca antes trilhado pela ADPERJ e pela própria Instituição.

Durante esse caminho, a Associação teve de lidar com a PEC 74, que expressamente colocava a Defensoria Pública na posição de Secretaria de Estado. A pauta, apesar de negativa, já que ao invés de se estar trabalhando pela aprovação de um projeto, ao contrário se buscava sua rejeição, foi utilizada para aproximar a ADPERJ de alguns deputados, que nos meses seguintes, acabaram se tornando grandes parceiros da Instituição, como foi o caso do deputado Luiz Paulo Correa da Rocha, então relator da PEC.

ELABORANDO O PPA

Além de sepultar a chamada PEC do Retrocesso, em 2014, a ADPERJ seguiu caminhando rumo à efetivação da autonomia em 2015, com a colaboração na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 da Defensoria Pública. Além de apontar a importância da construção do documento, indispensável para estabelecer as metas da Instituição para os próximos anos, a partir de sugestão surgida em encontro com Comissão de Orçamento, a ADPERJ participou da coordenação geral do texto junto à Chefia Institucional.



“Que modelo de Defensoria queremos daqui para frente?” – perguntou a Presidente da ADPERJ, na Audiência Pública com a Sociedade Civil que marcou o início do processo de elaboração do PPA.

APROVAÇÃO DE EMENDAS

Os últimos dois anos não foram nada fáceis para o Estado do Rio de Janeiro. Mergulhado em uma crise financeira sem precedentes, vimos os recursos mingua-rem a cada mês, especialmente no segundo semestre de 2015.

Só para se ter uma ideia do tamanho do rombo nos cofres públicos, o montante da receita global do Estado estimado para 2016 será de R\$ 80 bilhões, incluídas as emendas. No ano anterior, foram R\$ 93 bilhões, ou seja, uma redução de quase 15%.

Mantendo-se atenta à essa realidade, a ADPERJ trabalhou intensamente dentro da Casa Legislativa, especialmente junto à Comissão de Orçamento, para assegurar recursos para a Defensoria Pública.

DESTAQUE NA LDO

Ao longo do primeiro semestre de 2015, a ADPERJ, junto à Chefia Institucional, redigiu as emendas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2016, destacando a Defensoria Pública dos órgãos que compõem o Executivo. Em junho, a Assembleia Legislativa acolheu as emendas e aprovou o projeto da LDO, conferindo o mesmo tratamento dispensado aos Poderes e às instituições autônomas.

A ADPERJ havia procurado a Comissão de Orçamento em 2014, mas tendo em vista que a norma da LDO é uma diretriz a ser cumprida pela Administração da Instituição, que a partir da lei,

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 145, inciso XII, da Constituição Estadual, o Poder Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública encaminharão suas respectivas propostas orçamentárias até o dia 15 de agosto, por meio do SIPLAG, para fins de ajustamento e consolidação pelo Poder Executivo, do Projeto de Lei do Orçamento Anual, de acordo com o disposto no art. 31 da Lei Federal nº 4.320/1964.

deve operar o SIPLAG e elaborar a proposta orçamentária, naquela oportunidade apenas foi possível apresentar emendas ao anexo da lei, o que serviu para começar a chamar a atenção para a situação orçamentária da Defensoria.



NA ALERJ

A parceria com os Parlamentares rendeu frutos já no primeiro ano de gestão, quando foram aprovados R\$ 60 milhões em emendas ao orçamento da Defensoria Pública para o ano de 2015.

Para este ano de 2016, em que a crise se agravou, foram aprovados R\$ 30 milhões em emendas, dos quais R\$ 16 milhões serão destinados exclusivamente para pagamento de pessoal.



NO CONGRESSO NACIONAL

No âmbito nacional, o Congresso aprovou, em dezembro de 2015, o orçamento federal para 2016, contendo R\$ 2,4 milhões em emendas para a Defensoria Pública fluminense. No ano anterior, foram acatadas emendas no valor total de R\$ 1,35 milhão.

Além do Rio

O Protagonismo nos debates nacionais

Muitas viagens a Brasília marcaram esta gestão. O objetivo delas foi levar a voz da maior e mais antiga Defensoria Pública do país para o debate acerca dos rumos da Instituição em nível nacional.



AGE em Brasília



ADPERJ participa de AGE da ANADEP em São Paulo

EMENDA 80

Em 2014, um dos fatos que marcou a história da Defensoria Pública foi a promulgação da Emenda Constitucional 80, que fixou o prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de Defensores Públicos. A matéria teve uma tramitação recorde, especialmente devido à mobilização da diretoria da Associação Nacional, ao lado dos Presidentes de Associações Estaduais.



Crédito: Anadep



Sessão solene no Senado

Em julho de 2014, o Senado promulga a Emenda Constitucional 80/2014.

SORTEIO DE PASSAGENS PARA BRASÍLIA



Defensores no Senado

A ADPERJ sorteou dez passagens com hospedagem para Brasília entre os Associados, para lutar e presenciar a aprovação da então PEC 247/2013, futura Emenda Constitucional 80/2014.



Em setembro de 2015, a ADPERJ trouxe o Vice-Presidente Jurídico/Legislativo da ANADEP, Arilson Malaquias, para debater a criação do CNDP, em seminário promovido na sede da DPGE.

DEBATE SOBRE A CRIAÇÃO DO CNDP

Quando esta gestão se iniciou, a discussão sobre a criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública já havia percorrido um longo caminho. Em 2014, o texto em debate, apoiado pela Administração Superior fluminense da época, contava com o assento de juízes e promotores no Conselho, sem qualquer reciprocidade. Ciente da postura contrária de grande parte dos Defensores do estado do Rio à criação de um Conselho Nacional, a ADPERJ viu no debate a oportunidade de se fazer presente, protagonizando o discurso acerca

da necessidade de excluir a participação de tais carreiras, além de incluir no texto a vitaliciedade dos Defensores Públicos.

Em 2015, ano de crise e instabilidade política, a ADPERJ foi categórica em todas as Assembleias e reuniões com outros estados: esse não é o momento político para o envio de uma proposta ao Congresso Nacional. A ponderação foi votada e acatada em AGE que aconteceu em novembro no XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos, em Curitiba.

De olho na administração

Oposição tem hora e lugar

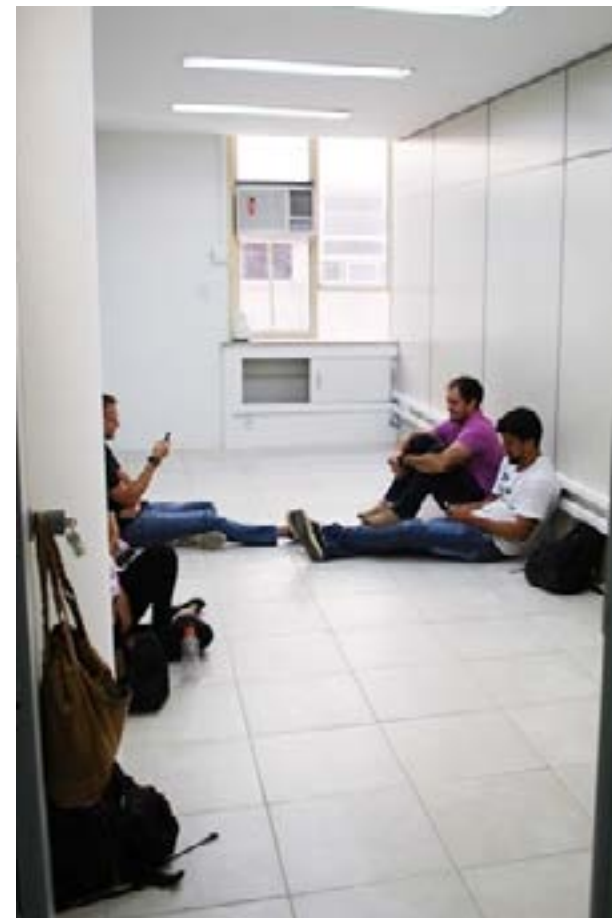
CONSTATAÇÃO DA FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO

Em fevereiro de 2014, as Varas Criminais da Comarca da Capital entraram em um caótico processo de mudança do Fórum para seu novo endereço na Rua Sete de Setembro. Em reunião do Conselho Superior, a ADPERJ confrontou a clara falta de planejamento da Chefia Institucional, pedindo o adiamento da data de inauguração do espaço até

que este estivesse em condições seguras e confortáveis para Defensores, funcionários e assistidos. Mesmo com a extensão do prazo em uma semana, o que se viu no dia da entrega foram salas vazias, sujeira por todo lado, vazamentos nos banheiros, entre muitos outros problemas. A ADPERJ continuou cobrando, recebeu os Defensores Criminais na sede associativa, e ao final, o mínimo de estrutura foi conferido para que a Defensoria Pública pudesse funcionar.



Sanitário no meio da sala desmente afirmações da Chefia de que reforma estava concluída



Falta de mobiliário nas salas de atendimento obrigaram estagiários a sentarem no chão

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS CONTRA CONTINGENCIAMENTO

Em janeiro de 2015, a ADPERJ oficiou ao Defensor Geral do Estado, André Castro, pedindo providências acerca do Decreto de Nº 45.138, que contingenciou R\$ 116.432.954,00 do orçamento da DPGE. O documento enviado à Chefia ia além das perdas materiais que um corte dessa envergadura causaria nos planos de expansão da Defensoria Pública, evocando as Emendas Constitucionais nº 45/04 e 80/14, que outorgou

e reafirmou a independência da Instituição em todo o país. “Diante da postura adotada pelo Governo, não há momento melhor para sepultarmos de vez a ideia de que a Defensoria Pública é apenas uma Secretaria de Estado” – diz o ofício. Em resposta, a Chefia pediu calma da Categoria, alegando confiar no diálogo com o Executivo. Em posterior decisão administrativa, a Defensoria foi retirada do Decreto de contingenciamento.

EXECUÇÃO DE MS DA FOLHA

Em 2013, a ADPERJ decidiu em AGE pela impetração de Mandado de Segurança, visando que a Defensoria Pública fluminense passasse a elaborar sua folha de pagamento. Em setembro de 2015, a 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça enfim determinou a intimação da Secretária de Planejamento e do Defensor Geral do Estado para que

cumprisse o acórdão proferido em junho de 2014. No presente momento, a Defensoria realiza o comando da folha, mas para a ADPERJ apenas com o programa que está sendo adquirido pela Instituição, a decisão do MS terá sido totalmente cumprida. O Mandado de Segurança segue em fase de execução.

ENTREGA DE RELATÓRIO DO CAMINHOS PARA DEFENSOR GERAL

Em março de 2015, a Presidente da ADPERJ, Maria Carmen de Sá, entregou ao Defensor Público Geral, André Castro, o relatório do programa Caminhos do Interior. Na ocasião, o Chefe Institu-

cional agradeceu o trabalho da Associação: “Esse documento será uma ferramenta de gestão para otimização do nosso Fundo que será investido na solução desses problemas” – prometeu.



“Vamos nos debruçar sobre esse documento” – prometeu o Defensor Geral, André Castro, ao receber o relatório do Caminhos do Interior, em março de 2015.



ATUAÇÃO JUNTO AO CONSELHO SUPERIOR

Esta gestão fez valer seu direito de fala nas discussões do Conselho Superior da Defensoria Pública, servindo de ponte entre os pleitos da Categoria e os Conselheiros. Na última sessão do ano de 2015, a ADPERJ requereu ao Conselho Superior um olhar atento às questões e um parecer mais assertivo sobre as questões trazidas pela Associação, na qualidade de representante da Categoria.

PROIBIÇÃO DE PARTIDARIZAÇÃO DA OUIDORIA

A pedido da Presidente da ADPERJ, foi incluído um inciso no novo regulamento eleitoral e no edi-

tal para o processo de escolha para o cargo de Ouvidor Geral da Defensoria Pública. O texto proíbe expressamente que pessoas que ocuparam cargos de representação em partidos políticos, sindicatos ou associações de classe, no ano anterior à publicação do edital eleitoral, concorram à vaga.

ADPERJ LEVA PLEITOS DE DEFENSORES SUBSTITUTOS

Os problemas enfrentados pelos mais novos na carreira foram levados para discussão do Conselho Superior, com o intuito de ser expedida Recomendação ao Defensor Público Geral. Mais tarde, as sugestões dadas pelos Defensores fizeram parte do primeiro projeto de lei da Defensoria Pública que foi aprovado no final de 2015. No texto, há a titularização dos mais jovens na carreira em uma região que abrange todo o estado.

SUSPEIÇÃO POR MOTIVO DE FORO ÍNTIMO

Na opinião da ADPERJ, a suspeição por motivo de foro íntimo, instituto que tem ordem subjetiva, não pode ser controlada pela Corregedoria. Além disso, as razões devem ser manifestadas

apenas para o Defensor Público Geral. A questão segue em análise no Colegiado.

VARAS DE FAZENDA

A Resolução 713/2014, que reidentificou órgãos da DP junto às Varas de Fazenda, foi objeto de questionamento por parte da ADPERJ. O processo tombado perante o Conselho serviu para chamar a atenção para a irregular fixação de atribuições pelo DPG, usurpando função do CS, bem como trouxe à tona a impossibilidade de os Juizados Fazendários estarem atrelados às Varas. A atual Chefia decidiu por uma reestruturação dos órgãos fazendários, contemplando os desmembramentos dos Juizados.



Defesa dos Interesses dos Associados

A vocação natural da ADPERJ

Cumprindo sua função precípua de tutela dos interesses dos associados, a ADPERJ, durante os últimos dois anos, esteve presente na defesa dos integrantes do quadro associativo. Todos eles, fossem aposentados, pensionistas, Defensores substitutos ou titulares, encontraram na ADPERJ o apoio necessário para o enfrentamento de problemas ou a ponte necessária para que seus pleitos fossem levados à Chefia.

APOSENTADOS

No final de 2015, os Defensores aposentados foram os que mais sofreram com a crise financeira do Estado. No mês de dezembro, o Governo anunciou não possuir verbas para pagar servidores, parcelando salários e modificando as datas de pagamento. Frente ao tratamento dado pelo Executivo, a ADPERJ decretou estado de AGE permanente, realizando três delas em um curtíssimo espaço de tempo. Em todas as Assembleias, aposentados e pensionistas ganharam destaque.

AGE DE 04/12/2015

Em uma sede lotada, os associados discutiram as mudanças de última hora do Estado no calendário de pagamentos. Após longo debate, o Defensor Geral saiu dali com a incumbência de levar à ALERJ uma proposta de lei que estabelecesse o pagamento de Defensores Públicos ativos e inativos no último dia do mês, como acontece com a Magistratura e o Ministério Público. Ainda em dezembro, a Assembleia Legislativa aceitou a emenda que incluiu o novo direito na Lei Complementar 6/77. Em janeiro, ela foi sancionada na íntegra pelo Governo do Estado.



Em AGE lotada, Presidente da ADPERJ apresentou gráfico do RioPrevidência, relativo ao 2º trimestre de 2015, que deixou claro que os aposentados da Defensoria Pública ainda fazem parte do executivo.

DEBATE SOBRE MANUTENÇÃO DO VOTO

Em 2015, com o trabalho de adequação da Lei 6/77 à Lei Complementar 80/94 e Emenda 80/2014, a ADPERJ entendeu que era hora de reforçar a importância da manutenção do direito de voto dos aposentados para os cargos de Defensor Público Geral e membros classistas do Conselho Superior. Duas reuniões aconteceram na sede associativa, onde aposentados e representantes da Chefia debateram o tema. Com assento na Comissão instalada pela Chefia para debater mudanças na lei, a ADPERJ levou a posição de seus associados.



HOMENAGENS

Nos 60 anos da Defensoria Pública fluminense, comemorados em 2014, a ADPERJ entregou a mais de 50 aposentados a Medalha do Mérito Profissional. Já em 2015, outros sete recém-aposentados receberam das mãos da Presidente Maria Carmen a homenagem aos anos de trabalho que resultaram em uma Instituição forte.



PENSIONISTAS

As pensionistas de Defensores Públicos receberam uma atenção especial durante essa gestão, que prestou atendimento individualizado através da Diretoria de Assuntos Previdenciários.

REUNIÕES

Em março de 2014, a ADPERJ reuniu-se com as pensionistas em virtude da inadequação dos ganhos ao novo teto fixado pelo Governo do Estado, correspondente à integralidade do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Na reunião, a Associação levantou os nomes de quem não estava recebendo os benefícios de acordo com o teto do STF e encaminhou para o escritório de advocacia contratado pela ADPERJ para a solução do problema.



Em maio de 2015, o STF fixou entendimento de que pensionistas de servidor falecido posteriormente à Emenda Constitucional 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade (artigo 7º EC 41/2003), caso se enquadrem na regra de transição prevista no artigo 3º da EC 47/2005. Não têm, contudo, direito à integralidade (artigo 40, parágrafo 7º, inciso I, CF). Já que algumas pensionistas associadas se enquadram na nova regra, a ADPERJ e o escritório de advocacia contratado pela Associação receberam documentos para análise e prestaram esclarecimentos acerca das mudanças.

SUBSTITUTOS

A ADPERJ promoveu duas grandes reuniões com os Defensores substitutos nesta gestão. Na primeira delas, ocorrida em julho de 2014, os Defensores relataram a falta de estrutura de diversos órgãos, designações curtas demais e até mesmo problemas de segurança no entorno das sedes das DPs e fóruns.

Já no encontro realizado um ano depois, o destaque foi o temor da categoria mais jovem de ser lotada em um órgão muito distante, mesmo depois de passar anos atuando na capital e nas comarcas mais próximas dela. A convite da Associação, a Coordenadoria de Movimentação, de Interior, e a Coordenação do Concurso da DPGE estiveram presentes, ouvindo as questões e sugestões dos Colegas.



A ADPERJ coletou reclamações e sugestões e as entregou ao Conselho Superior para recomendação à Chefia.

NUTH

Em abril de 2014, ADPERJ realizou AGE que aprovou o desagravo às Titulares do Núcleo de Terras e Habitação e Moção de Repúdio à conduta da Administração Superior, que havia tomado a frente do processo de remoção dos moradores da Vila Autódromo, derrubando a liminar conseguida pelas Defensoras Titulares do Núcleo. Reunida na Associação, a Categoria pôde reafirmar a necessidade de observância aos Princípios do Defensor Natural e da independência funcional do Defensor Público.



Discursos acalorados acerca da independência funcional dos Defensores marcaram AGE na ADPERJ

CDEDICA

Em setembro de 2015, a ADPERJ aprovou desagravo à Coordenadora da CDEDICA, atacada em razão de sua atuação na defesa do direito de ir e vir de adolescentes carentes na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião foi lida uma moção da Câmara dos Vereadores apoiando a atuação independente da Coordenadoria na defesa de nossa juventude.



Valorizando o Associado como profissional

O Incentivo à produção acadêmico-institucional

NOV. 2015

XII CONGRESSO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Em seu esforço em qualificar a participação fluminense no XII CONADEP que aconteceu em novembro de 2015, em Curitiba (PR), a ADPERJ não apenas custeou todas as inscrições de Colegas com teses e práticas exitosas, como também transformou trabalhos em apresentações de Power Point. A Associação ainda compilou toda a documentação necessária e enviou para a ANADEP. O empenho deu certo: o Rio de Janeiro foi o estado com o maior número de teses e práticas exitosas inscritas no concurso. Dos 50 trabalhos que concorreram, 15, eram do estado do Rio, 14 delas inscritas pela ADPERJ.



MAI. 2014



SEMINÁRIO “60 ANOS DE DEFENSORIA PÚBLICA – O DESAFIO DA VALORIZAÇÃO DA DEFESA”

O evento uniu Defensores para debater a constante cobertura midiática em relação ao direito de defesa, sempre com um tom pejorativo, confundindo-se a figura de quem está sendo acusado de violar a lei com o seu Defensor, bem como a necessidade de um Judiciário que não seja pautado pela opinião pública. Também foram temas de discussão, questões como o crescente espírito de vingança privada por parte da população, ética na cobertura jornalística e o fortalecimento de um Direito Penal do Inimigo.

DEZ. 2014

VI SEMINÁRIO DA ENADEP

As Políticas sobre drogas no Brasil – Cuidado e tratamento aos dependentes de drogas – A análise crítica da Lei de Drogas, foi o tema do VI Seminário da ENADEP que aconteceu na sede da ADPERJ. Na ocasião, participaram Defensores de todo o país, representantes da ONU, da prefeitura de São Paulo e de ONGs que lidam com o tema das drogas diariamente.



OUT. 2014

DEBATE SOBRE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Iniciativa da ANADEP, em parceria com a ENADEP e a ADPERJ, foi realizado o painel “Urgência da Audiência de Custódia no Processo Penal Brasileiro - PL 554/2011” e estratégias de atuação em nível nacional para discutir o referido projeto de lei, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), e elaborar uma estratégia de atuação nacional sobre o tema.



MAR. 2015

DEBATE SOBRE DETRAÇÃO PENAL

A ADPERJ também promoveu a Mesa sobre “Detração Penal na Sentença Condenatória e sua Repercussão na Execução Penal”, onde o Juiz de Direito André Nicolitt e o Defensor Público Felipe Almeida debateram as interpretações da lei 12.736/2012, que inseriu o parágrafo 2º no art. 387 do CPP, determinando ao Juiz de Conhecimento que, na sentença, considere o tempo de prisão provisória para a fixação do regime de cumprimento de pena.



Maio Verde

Um mês inesquecível

Todos os anos a ADPERJ promove uma programação especial para o mês da Defensoria Pública. Mas em 2015, maio foi ainda mais especial. Pela primeira vez, a Campanha Institucional da Associação Nacional dos Defensores Públicos foi lançada no nosso estado. Com o mote *Defesas Coletivas*, a Campanha lançou luz sobre o poder e importância do manejo de ação civil pública pela Defensoria, melhor maneira de atuar a favor de grupos inteiros em situação de vulnerabilidade.

DEFENSORIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO

Por se tratar de uma comunidade muito populosa, marcada pela violência e falta de estrutura básica, o Complexo do Alemão foi o lugar escolhido para o lançamento da Campanha Nacional em prol das Defesas Coletivas. Após conversas com moradores, a Defensoria Pública montou uma estrutura

de atendimento na Vila Olímpica da comunidade. Atendendo à intensa divulgação feita pela ADPERJ, milhares de pessoas buscaram todo o tipo de serviços sociais que foram oferecidos numa manhã de sábado, além, é claro, do atendimento feito pelos Defensores.



O melhor exemplo das vantagens de reivindicar direitos em grupo aconteceu durante audiência pública que reuniu cerca de 500 ex-moradores do terreno da Skol. Eles reivindicavam as moradias prometidas pelo Governo. O NUTH, então, cadastrou as pessoas e deu continuidade ao processo.



VESTIDO DE VERDE

No dia da Defensoria Pública, 19 de maio, o maior símbolo do país iluminou-se de verde em homenagem à nossa Instituição. A iniciativa inédita partiu da ADPERJ, que estabeleceu uma parceria com a Arquidiocese do Rio de Janeiro, e teve o apoio da ANADEP e da Defensoria Pública do Estado.



Ao longo do mês de maio, a ADPERJ também promoveu eventos importantes para a união dos Colegas e o desenvolvimento da Instituição.

ENCONTRO INTER-RELIGIOSO



Colegas das mais variadas crenças e religiões prestaram agradecimentos a Deus por todos os bens recebidos como a saúde, a família, os amigos e as conquistas profissionais.

RODA DE CONVERSA: "POR DENTRO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA AS MULHERES"



Depoimentos chocantes de Defensoras, profissionais da área da saúde, representantes de movimentos sociais e artísticos deram um panorama dos problemas gerados pelo preconceito de gênero no país.

LANÇAMENTO DO II RELATÓRIO NACIONAL DE ATUAÇÕES COLETIVAS



O documento reúne práticas exitosas de Defesa Coletiva em todo país. O evento teve a participação dos Colegas José Augusto Garcia e Adriana de Britto, que contaram como foi a experiência da montagem desse importante registro da história da Instituição.

LANÇAMENTO DE FRENTE PARLAMENTAR



Defensores e Deputados participaram do lançamento da Frente que tem como objetivo trabalhar em consonância com a ADPERJ e DPGE para sensibilizar a Casa quanto às causas da Instituição.

Variando o repertório

As festas em novos locais

Comida e bebida de qualidade, música interessante e um ambiente bacana. Foi com essa receita que a ADPERJ mudou o perfil de suas festas, tirando os Defensores da sede associativa e dando um clima de *happy hour* para as comemorações.

27/11/14

FESTA DE ANIVERSARIANTES NO CAFÉ CULTURAL SACRILÉGIO, NA LAPA.



29/05/14

FESTA DE ENCERRAMENTO DO MÊS DO DEFENSOR NO RESTAURANTE CAIS DO ORIENTE, NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO.



21/05/15

FESTA DO DIA DO DEFENSOR E ANIVERSARIANTES DE JANEIRO A MAIO, NO BAR RIO SCENARIUM, NA LAPA.



Aniversariantes participam de sorteio de presentes.



27/08/15

FESTA DE ANIVERSARIANTES DE JUNHO A AGOSTO, NO RESTAURANTE PALAPHITA KITCH, NO JOCKEY CLUB, NA GÁVEA.



Comidinhas e drinks variados fizeram sucesso entre os Defensores.

21/05/15

FESTA DE ANIVERSARIANTES DE SETEMBRO A DEZEMBRO, NO HOTEL PESTANA, EM COPACABANA.



Em noite agradável, os associados puderam apreciar uma das melhores vistas do Rio de Janeiro.



Convênios

Mais descontos para o associado

Uma das vantagens de ser associado da ADPERJ é ter acesso a descontos em produtos e serviços. Pensando nisso, essa gestão reestruturou sua plataforma de convênios e estabeleceu novas parcerias nas áreas de gastronomia, fitness e spa, vestuário, automóveis, eletrônicos, hospedagem e muito mais. Tudo foi escolhido pensando nos interesses dos Defensores.

NOVA PLATAFORMA

A área restrita do site da Associação também foi reformulada. Agora, o Defensor tem acesso à plataforma *Dynamus*, que une todas as empresas conveniadas da ANADEP e da ADPERJ, de forma simples e visual. Isso quer dizer, que o Defensor que quiser utilizar os descontos da Honda, por exemplo, pode entrar direto no nosso site e imprimir sua declaração de associado.



NOVA CARTEIRINHA

Junto com a edição de outubro do ano passado do Jornal do Defensor estavam as novas carteirinhas da ADPERJ. É com ela que o associado tem direito a descontos e vantagens dos novos convênios.

Agilidade para informar

Comunicação no tempo do fato

Uma das prioridades desta gestão foi estabelecer uma comunicação mais rápida, transparente e relevante para os associados. Seja a notícia boa ou má, a ADPERJ fez um esforço para divulgar os fatos importantes que aconteceram nesses últimos dois anos, com o maior número de informações possíveis e já com a posição da ADPERJ em relação ao tema.

A tramitação de projetos de Lei relevantes à Defensoria Pública no Congresso Nacional e ALERJ também foi bastante destacada.



SELOS INDICATIVOS

Os boletins eletrônicos também ganharam etiquetas que agora apontam o tipo de conteúdo e grau de importância da notícia.



JORNAL DO DEFENSOR

Com a proposta de dar espaço para o Defensor, o informativo impresso ganhou novo layout e nome. Além de conter os principais acontecimentos relacionados à Defensoria Pública e ao trabalho da ADPERJ, artigos e entrevistas de colegas e outras personalidades do mundo jurídico ganharam destaque nas edições do nosso Jornal. Uma nova coluna intitulada "Com a palavra, o Defensor" também foi criada, dando espaço para que as práticas exitosas de Defensores dentro de seus órgãos de atuação ganhassem visibilidade.



ADPERJ NAS REDES SOCIAIS

Ferramenta fundamental para comunicar nos dias de hoje, o facebook se tornou grande aliado da comunicação da ADPERJ. Foi através dele que informamos em tempo real a eleição do novo Defensor Geral, no final de 2014, e dos Conselheiros, em 2015 e a tramitação de leis relevantes à categoria dentro do Legislativo. Pelo facebook também lançamos campanha em favor da autonomia da Defensoria Pública, publicamos as ações exitosas dos Defensores fluminenses e divulgamos eventos que aconteceram dentro da ADPERJ.



ADPERJ

Rua do Carmo, nº7, 16º andar,
Centro – Rio de Janeiro | Cep: 20011020
Tel: (21) 2220 6022 | Fax: (21) 2220 0698

www.adperj.com.br



twitter.com/adperj



facebook.com/adperj.rio